



PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 12 de Novembro de 2021, pelas 18 horas, na sala de reuniões da Academia Condessa das Canas da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, sita na Avenida Irmãos Duarte em Arganil, tendo como propósito analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Mapa de Investimentos, para o exercício de 2022, bem como outros assuntos.

Analisado o documento em apreço e obtidos os esclarecimentos julgados necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, o Conselho Fiscal considerou de significativa relevância os seguintes objetivos elencados:

- a) **Manter a política de investimentos, privilegiando respostas inovadoras capazes de contribuir para a resolução de problemas sociais, mas de igual modo contribuir para a afirmação da Instituição no campo social e económico;**
- b) **Assegurar a operacionalidade das diferentes respostas sociais e serviços de apoio, procurando o reforço do seu impacto local;**

Atendendo à importância atribuída e reconhecida às metas elencadas para 2022, o Conselho Fiscal / Definitório não quis deixar de enaltecer e concordar com o Plano de Atividades proposto.

Para a concretização das metas elencadas pela Mesa Administrativa, o Conselho Fiscal / Definitório constatou a previsão, no lado do campo dos rendimentos, de três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oito euros (3.822.408,00€), correspondendo a um aumento, face ao orçamento de 2021, **de cerca de 24,4%**, ou seja, mais setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e noventa euros (748.790,00€).

A justificação para o impulso do crescimento dos rendimentos radica na possibilidade de **entrada em funcionamento de uma nova Unidade**, prevendo-se que seja vocacionada para os Cuidados Paliativos, representando seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e dezasseis euros (679.616,00€), entre comparticipação da ARSC, utentes e famílias.



A par disso, a perspectiva da recuperação de valores de IVA referente a obras, bem como a inclusão das verbas das rendas do Hospital, no âmbito da ocupação de espaço nesse edifício, ajudam a esse aumento do lado dos rendimentos.

Quanto aos gastos, regista-se uma previsão de três milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e um euros (3.771.951,00€), o que traduz um **incremento de cerca de 22,76%, face ao orçamento de 2021.**

Esse crescimento estimado, ressalta especialmente de quatro rúbricas, neste caso as contas 63 Gastos com Pessoal, 68 Outros Gastos e Perdas, 64 Gastos de Depreciação e Amortização e 69 Juros e Gastos Similares Suportados que, no seu conjunto, já estão a **considerar gastos com o novo hospital e que potencializam um aumento global da despesa** na ordem dos seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois euros e sessenta e quatro cêntimos (675.722,64€).

Contudo, são os gastos com pessoal, ou seja, a conta 63, que traduzem o aumento mais significativo, crescimento este alavancado, desde logo, **pela atualização do Salário Mínimo Nacional, que se espera, crescerá cerca de 6%, fixando-se em 705,00€**, conjuntamente com o acréscimo nos Encargos para a Segurança Social e pela contratação da equipa de pessoal para o novo hospital, isto tendo como referência o 2.º semestre de 2022.

Apurada a diferença entre Rendimentos e Gastos, verifica-se um resultado positivo líquido previsto de cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros (50.457,00€), muito dependente da entrada em funcionamento de uma nova resposta, da restituição do valor de IVA (faturação obra), e da renegociação do período de carência do empréstimo, retardando neste último caso o pagamento do capital utilizado.

Em relação ao Mapa de Investimentos, totalizando um valor estimado de um milhão, novecentos e noventa e oito mil, oitenta e cinco euros (1.998.085,00€), pareceu ao Conselho Fiscal / Definitório ser plausível, acautelados os pressupostos que estiveram na sua elaboração, designadamente a existência de apoios resultantes de candidaturas já apresentadas como são o caso do Programa PARES e Modelar II.

Analisada a documentação de suporte à componente económico-financeira, o Conselho Fiscal concluiu, que as estimativas realizadas mostram-se consentâneas com a realidade e adequadas aos objetivos definidos pelo que, deliberou, **por unanimidade, dar parecer positivo ao Plano de atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos, para o ano**



de 2022, sugerindo a aprovação em Assembleia Geral, reconhecendo, desde já, o esforço da Mesa Administrativa e serviços técnicos na boa elaboração dos documentos, para os quais solicita a aprovação de um voto de louvor pelo trabalho realizado.

O Conselho Fiscal / Definitório não pode ainda, deixar de referir a importância da renegociação do período de carência para o início do pagamento do capital resultante do empréstimo contraído junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – Beira Centro, tendo em vista alargar o mesmo, para que dessa forma sejam evitados sobressaltos na tesouraria da Misericórdia durante o ano de 2022, face ao risco de atrasos na contratualização das camas a disponibilizar na nova unidade – Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

E também neste particular, deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo à intenção/proposta da Mesa Administrativa de renegociação do período de carência relativo ao empréstimo concedido de até dois milhões de euros (2.000.000,00€) e destinados à reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Arganil, 12 de Novembro de 2021

O Conselho Fiscal / Definitório

António José de Carvalho
Fernando Mendes Afonso
Leiteiro